

DESCUBRA
AS DIFERENÇAS



O SPN apela aos associados – e a todos os docentes convocados para a vigilância da PACC – para não pactuarem com um processo que em nada dignifica a classe, aderindo à greve convocada pela maioria das organizações sindicais da educação. É ilegal o desconto de um dia inteiro de salário pela adesão a esta greve, convocada apenas para o serviço específico relacionado com a PACC.



NÃO PACCTUAMOS!

O *ministério da educação* *cratês* insiste: a absurda saga da “prova de avaliação de conhecimentos e capacidades” regressa em março, com a realização das componentes específicas. Mas os professores e os sindicatos que os representam também não desistem de lutar contra uma “prova” declarada ilegal e inconstitucional pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra; uma prova que já produziu demasiados atropelos; uma prova, enfim, que não pode continuar a afrontar a classe docente e a consumir recursos e trabalho às escolas.

Nesta perspetiva, Federação Nacional dos Professores (Fenprof), ASPL, SEPLEU, SINA-

PE, SIPE, SIPPEB e SPLIU [onde pára a FNE?] – convocaram uma greve a todo o serviço relacionado com a PACC, válida para todo o mês de março, uma vez que à data da convocação não se sabia quando seriam realizadas as provas, que chegaram a ser apontadas para fevereiro. Provavelmente por desorientação ou para condicionar a (re)ação dos docentes, o MEC publicou tardiamente (23 e 24 de fevereiro), e em suplemento do Diário da República, o calendário das provas (Despacho 1919/A) e o procedimento para inscrição (Aviso 2075-A).

Naturalmente, o Sindicato dos Professores do Norte/Fenprof continua a fazer da luta

contra a PACC um eixo prioritário da sua ação, pelo que apela aos seus associados, e aos docentes em geral, para que não pactuem com um processo que em nada dignifica a classe docente e adiram à greve à vigilância e a qualquer serviço da prova. A propósito, recordamos que é ilegal o desconto de um dia inteiro de salário pela adesão a esta greve, convocada apenas para o serviço específico relacionado com a PACC – se escolas ou agrupamentos procederem de forma diversa, os lesados devem contactar o SPN de imediato, a fim de lhes ser facultado apoio para reclamação dessa ilegalidade.

spinformação

Diretora Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Ana Alvim · **Fotografia** Henrique Borges · **Impressão** Multiponto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 15.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal** nº 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

OUSAR AGIR, OUSAR MUDAR

[editorial]

Intervindo na primeira reunião do Comité Sindical Europeu de Educação após a vitória do Syriza, Themis Kotsifakis, presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário da Grécia, expressou o alívio dos professores gregos com a mudança política verificada em 25 de janeiro. “Apesar da opção de voto de cada um, todos sentimos que finalmente podíamos respirar. Estamos a respirar democracia, sentindo que várias coisas no nosso país, e em particular na Educação, podem ser alteradas”.

Themis acrescentou que, à pressão exercida pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional sobre o novo governo, para que prossiga a mesma política dos anteriores, os professores e todos os sindicatos respondem agora com uma pressão em sentido contrário. “Continuamos a lutar por uma mudança efetiva, que ponha fim à política de austeridade e a todas as medidas contra a democracia impostas pelos anteriores governos e pela *troika*”.

Depois de anos de degradação económica, de crise social profunda, de descrédito dos partidos tradicionais e de forte contestação à *troika*, o povo grego colocou na agenda europeia a necessidade de mudança de rumo nas políticas económicas e de um modelo de crescimento assente na desvalorização dos salários, no agravamento das condições de trabalho e no dismantelamento do Estado social. O impacto das medidas de austeridade, nomeadamente na Educação, é sentido na Grécia e em Portugal, mas também noutros países. Os testemunhos que podemos ler nesta revista sobre a realidade na Grécia, Espanha, França e Itália mostram bem o fio condutor das políticas ideologicamente orientadas que nos têm sido impostas.

Perante todas as incertezas, uma coisa parece certa – o que vier a acontecer na Grécia terá repercussões em toda a Europa, a vários níveis. O nervosismo com que o governo português reagiu ao resultado eleitoral e a atitude que assumiu durante a negociação no Eurogrupo são elucidativos do receio ibérico de ver desmentida a tese da austeridade como única opção, assim como do impacto que qualquer sucesso do governo grego – ainda que parcial e gradual – pode vir a ter em próximos atos eleitorais, reforçando alternativas progressistas.

Tendo em conta a importância das eleições legislativas, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) vai confrontar os partidos políticos com as grandes opções no domínio da política educativa, procurando obter compromissos, caso venham a ter responsabilidades governativas. Compromissos que possam reverter os cortes sucessivos no financiamento da Educação e da Ciência, a desvalorização da Escola Pública como garante de democratização da educação e a degradação das condições de vida e de trabalho dos docentes dos setores público e privado. Compromissos que possam reverter medidas que o Governo insiste em concretizar a poucos meses do final do mandato, como a aplicação da requalificação aos professores, a municipalização da educação ou as componentes específicas da PACC, procurando condicionar a ação de futuros governos.

A forma obstinada e arrogante como o MEC tem desenvolvido estes e outros processos – como o recrutamento compulsivo de professores de Inglês e a sua sujeição a testes de proficiência linguística por uma instituição privada – é demonstrativa do modo como Nuno Crato tem tutelado a pasta da educação: apoucando professores e ofendendo-os na sua dignidade; prejudicando alunos, que perdem apoios a meio do ano ou são privados de aulas em final de período; menorizando escolas, que veem ser-lhes retiradas competências nas áreas curricular e pedagógica para serem entregues às autarquias.

Numa profissão maioritariamente feminina, e no mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, trazemos um texto da recentemente desaparecida Luísa Dacosta (escritora/professora que via a docência como “forma privilegiada de relação humana”); um livro da jornalista Sofia Branco, sobre “mulheres que viveram a guerra colonial como se tivessem sido mobilizadas” e uma canção-campanha com que a APAV “dá voz ao silêncio” que oculta o drama da violência doméstica – campanha que deve mobilizar o esforço conjunto de homens e mulheres.



Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN



PROFESSORES CONTESTAM “CAMBRIDGE”

A Plataforma Sindical dos Professores anunciou a apresentação de um pré-aviso de greve a todo o serviço relacionado com o exame da Cambridge, para o período entre 7 de abril e 6 de maio.



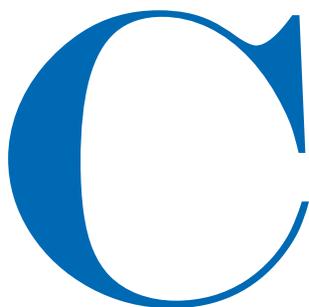
Além dos problemas associados ao já famoso *Preliminary English Test* (PET), que temos vindo a denunciar, o Sindicato dos Professores do Norte considera inaceitável que, de 2014 para 2015, o trabalho dos examinadores tenha passado de facultativo a obrigatório. Esta imposição representa um abuso de poder, já que se trata da prestação de serviços a favor de uma empresa privada e de uma certificação que, sendo obrigatória para os alunos do 9º ano e facultativa para os outros, em nenhum caso releva para os percursos escolares.

Acresce que o trabalho adicional a que os professores vão ser sujeitos representa uma sobrecarga e um prejuízo para as atividades que tinham previsto realizar com os seus alunos, num final de período onde se concentram momentos de avaliação sumativa – o que comprova o desrespeito do MEC pelo trabalho dos professores, que, para os governantes, é sempre pouco. Por muito trabalho que tenham, podem sempre fazer mais algum, faça ou não parte dos seus deveres profissionais – e a este respeito, a imposição da vigilância da PACC é paradigmática.

Mas o que agora está em causa é mais do que isso. Para lá de usar os recursos físicos e humanos da Escola Pública para a realização de uma prova e a promoção do negócio associado, o MEC impõe, através do IAVE, uma formação adicional para os examinadores, certificada pela empresa em causa. O SPN considera que estamos perante mais um exemplo do desrespeito que tem pautado a relação da tutela com os seus profissionais, que, no caso dos professores de Inglês, veem a sua habilitação profissional para lecionar a disciplina considerada insuficiente para a avaliação de uma prova de diagnóstico de nível intermédio.

Fenprof atenta. O notório desrespeito do IAVE/MEC pelos professores e pelo seu trabalho, pelos alunos e pelas escolas, tem provocado a contestação generalizada dos docentes de Inglês à formação que lhes está a ser imposta no âmbito da aplicação do PET, bem como à avaliação a que pretendem sujeitá-los. Naturalmente, além da anulação de aulas em momento tão importante do ano letivo, estas situações fazem-nos sentir-se usados e abusados pelo MEC. A contestação tem tido várias formas: junto do formador, no início das sessões; não comparência à formação; ou recusa de realização do teste, que consideram uma afronta profissional, pondo em causa a sua formação e competência.

A Fenprof continuará a acompanhar este processo e, além do referido pré-aviso de greve para abril-maio, irá apresentar ações em Tribunal, em representação dos interesses coletivos dos seus associados, para que sejam dispensados de uma tarefa que não constitui seu dever profissional; apoiar ações individuais que os docentes pretendam apresentar, caso os seus requerimentos sejam indeferidos; minutar o requerimento de equivalência da habilitação profissional dos professores portugueses ao sistema europeu de transferência de créditos, para reconhecimento da sua formação dentro do espaço europeu de livre circulação [entretanto, as minutas de requerimento para dispensa de serviço ou pagamento de serviço extraordinário continuam disponíveis em www.fenprof.pt].



CONCURSOS, AINDA E SEMPRE SOB O SIGNO DA DÚVIDA, DA OPACIDADE E DA ILEGALIDADE

Mesmo não querendo ser arautos da desgraça, a verdade é que mais uma vez as expectativas em torno dos concursos não são animadoras. Quando o prazo de candidatura estava prestes a terminar, eram muitos os motivos de preocupação.

Como é sabido, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) discordam de múltiplos aspetos do atual regime de concursos imposto pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC) e têm vindo a exigir a sua alteração, hipótese a que o gabinete de Nuno Crato fechou a porta.

Independentemente disso, há um conjunto de aspetos que, mesmo sem uma revisão global do diploma que rege os concursos, poderiam e deveriam ter sido atempadamente acautelados, no sentido de evitar situações de injustiça e de clarificar questões de operacionalização, para além do muito que pode e deve ser feito no sentido de evitar a repetição de erros e atrasos verificados no passado recente. Em ano de realização de todos os concursos (interno, externo, mobilidade interna, contratação inicial e reserva de recrutamento), impunha-se o maior rigor e cuidado em todos os procedimentos. Contudo, e quando o prazo de candidatura para quase todos aqueles concursos – exceto o de mobilidade interna – está prestes a terminar, são muitos os motivos de preocupação.

Medidas inadequadas. No que se refere aos concursos interno e externo de ingresso nos quadros, o levantamento das necessidades permanentes das escolas realizado pelo MEC determinou a abertura de menos de 4.400 vagas no conjunto de todos os grupos de recrutamento, ao mesmo tempo que é proposta a não recuperação de mais de 9.500 vagas (vagas negativas) caso os seus titulares sejam transferidos. Se é certo que em 2013 as vagas abertas foram pouco mais do que apenas 600 e as negativas ultrapassaram os 12 milhares – por todos os motivos e mais um, valha-nos que 2015 é ano de eleições... –, também há que lembrar que nos últimos 4 anos foram mais de 24 mil os docentes de quadro que abandonaram o sistema, entre aposentações (a maioria), rescisões por mútuo acordo e outros motivos.

Não admira, portanto, que mesmo com todas as medidas de política educativa tomadas no sentido de reduzir os recursos humanos das escolas, ainda haja, no presente ano escolar, mais de 16 mil docentes contratados no sistema.

Por outro lado, a recusa da tutela em introduzir alterações ao regime, mesmo que não alterações de fundo, faz temer o pior, tendo em conta o sucedido no início do ano escolar, pela manutenção das Bolsas de Contratação de Escolas (BCE), que tantas confusões, erros e atrasos provocaram, em vez da opção que se impunha de aplicação, a todas as escolas (incluindo TEIP e com contrato de autonomia), da contratação inicial e da reserva de recrutamento baseadas na graduação profissional.

Estas e outras propostas, como a redução das áreas geográficas dos quadros de zona pedagógica (QZP) ou a fixação de um calendário global para todas as fases de colocação, foram apresentadas, em devido tempo, ao MEC, que, como tem vindo a ser hábito, as ignorou por completo.



Situações críticas. Como se tudo isto não bastasse, há ainda várias outras situações que merecem fortes críticas e que, em alguns casos, são, no mínimo, de legalidade e constitucionalidade duvidosas:

- a candidatura às vagas dos QZP criadas pela Portaria nº 57-C/2015, de 27 de fevereiro, está vedada aos atuais docentes dos quadros, mesmo as que não forem ocupadas por candidatos externos, o que se traduz na ultrapassagem de docentes já pertencentes aos quadros por candidatos externos;
- as vagas de quadro de agrupamento/quadro de escola eventualmente não preenchidas pelo concurso interno ficarão por ocupar, pois não são recuperáveis para o concurso externo;
- as condições de aplicação da vulgarmente designada “norma travão” prevista no artigo 42º do diploma que rege os concursos (DL132/2012, na redação dada pelo DL83-A/2014) são injustas a vários níveis, já que deixam de fora muitos docentes com mais graduação do que os abrangidos, situação tanto mais injusta quando muitos dos excluídos preencheram no passado as condições agora exigidas, ou preenchem todas as restantes mas, entretanto, mudaram de grupo de recrutamento, ou nestes últimos anos tiveram contratos nas regiões autónomas.

Questões polémicas. A estas questões ainda se acrescentam algumas polémicas, algo que também já vai sendo hábito. Neste campo, identificamos três situações:

- candidatura dos docentes que ingressaram em QZP na sequência do último concurso externo extraordinário, ao abrigo do DL60/2014, sendo conhecidas informações de teor contraditório dadas pela Direção Geral da Administração Educativa sobre a obrigação a que estes candidatos estão sujeitos em matéria de expressão de preferências;
- “obrigatoriedade” de candidatura ao concurso interno dos docentes sem componente letiva, prevista na legislação (artigo 22º, nº 2), mas inaplicável porque o MEC não definiu os procedimentos para determinar quem seriam esses docentes;
- candidatura dos docentes em regime de requalificação que estavam colocados noutros serviços, designadamente no Instituto da Segurança Social, que deveriam, por lei, candidatar-se no âmbito de um procedimento prévio a estes concursos, pois estes trabalhadores têm prioridade sobre quaisquer outros no acesso a postos de trabalho na Administração Pública para os quais estejam legalmente habilitados, mas que, em vez disso, só vão agora a concurso e ainda veem ser-lhes vedada a 1ª prioridade do concurso externo.

Mesmo não querendo ser eternos arautos da desgraça, a verdade é que mais uma vez as expetativas em torno dos concursos não podem, por vários motivos, ser animadoras...





REQUALIFICAÇÃO E CES/PET: DUAS FACES DA MESMA ATITUDE

Se o Placement English Test insulta a dignidade profissional dos professores de Inglês, a requalificação profissional pode, a partir de agora, ser uma espada sobre a cabeça de qualquer docente. Um e outra são expressões demasiado graves de cabotinismo político-administrativo a que urge pôr fim.

O sistema de requalificação profissional – também conhecido como mobilidade especial, segundo a legislação de 2006 – foi criado com o propósito de receber os funcionários do Estado considerados excedentários nos seus serviços, na sequência da sua reestruturação e reorganização. As normas deste programa são também aplicadas quando, nos serviços, se verificarem desequilíbrios económico-financeiros estruturais e continuados que obriguem à racionalização do número de trabalhadores efetivos.

Se, em geral, o sistema é mais do que questionável, a sua aplicação no setor da educação – tão carente de investimento, sobretudo em recursos humanos – é um completo absurdo e revela o total desrespeito com que este Ministério da Educação tem tratado a Escola Pública e os seus trabalhadores.

A lista nominativa de docentes em requalificação publicada no Diário da República de 11 de março tem doze nomes. Apenas 12, haverá a tentação de se dizer; pode até pensar-se que é um número sem significado, num setor que ultrapassa a centena de milhar de profissionais. Mas não é assim, e não só para cada uma daquelas 12 pessoas, para quem a inclusão na lista significa que, desde 12 de março, o seu vencimento foi reduzido em pelo menos 40%, não podendo ultrapassar 1.257,66 euros (valor de três Indexantes de Apoios Sociais). Corte que, ao fim de um ano, se a situação se mantiver, aumenta para 60%, no mínimo, não podendo o novo vencimento ir além de 838,44€.

Mas, aberta que foi a caixa de Pandora, esta nova situação é relevante para toda a profissão. Porque se agora foram uma dúzia, quem pode dizer quantos poderão vir a estar em idênticas listas, no futuro, se não se operar uma mudança de políticas?

Convenhamos: na forma de eufemismo, esta “requalificação” constitui, isso sim, (mais) um enorme desrespeito pelos profissionais docentes.

Avaliação absurda. Iniciado no ano passado, o programa Cambridge English for Schools surge reforçado este ano, se assim se pode dizer, uma vez que os professores designados para o programa – além de serem obrigados à frequência de uma formação específica, cuja realização é imposta mesmo em detrimento da sua componente letiva, para muitos coincidente com as últimas aulas do período e para as quais alguns até tinham previsto momentos específicos de avaliação (designadamente testes escritos) – têm ainda de se submeter (pasmese!!!) a uma avaliação (Placement English Test) para ser aferida a sua capacidade para corrigir o designado Preliminary English Test for Schools.

Ora, impor a profissionais qualificados para a docência de Inglês até ao 12º ano de escolaridade – detentores de licenciaturas e, em alguns casos, pós-graduações, mestrados e doutoramentos na área da língua inglesa – uma formação específica e um teste de aferição das suas capacidades constitui, no mínimo, um aviltante ataque à sua dignidade profissional. Isto quando está em causa apenas a correção de algo que mais não é do que um teste diagnóstico a aplicar, obrigatoriamente, aos alunos do 9º ano de escolaridade. Daí não se poder estranhar que inúmeros docentes designados no âmbito deste programa tenham vindo, por várias formas, a contestar e a pôr em causa este processo, docentes a quem o SPN manifesta compreensão e disponibiliza apoio, designadamente na vertente jurídica, se vier a revelar-se necessário.

ENSINO ARTÍSTICO PRIVADO EM LUTA



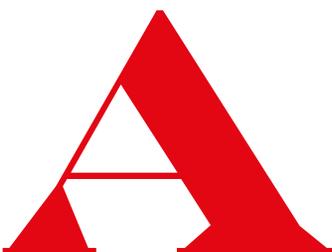
ANA ALVIM

No dia 9 de fevereiro teve lugar em Lisboa, em frente ao Ministério da Educação e Ciência, uma iniciativa promovida pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof) que reuniu centenas de docentes, alunos, encarregados de educação e nomes ligados à música, como o pianista Mário Laginha ou o maestro António Victorino d'Almeida, em torno de um objetivo comum – a defesa do direito ao Ensino Artístico.

A iniciativa, que contou com atuações de professores, alunos e artistas solidários, pretendeu denunciar os problemas que afetam os docentes do Ensino Artístico Privado, muitos deles não recebendo os seus salários há meses, devido a modelos de financiamento que não são adequados à realidade e/ou ao atraso com que as verbas são transferidas para as escolas.

O Sindicato dos Professores do Norte participou na iniciativa que, entre outros, contou com a presença de docentes da Escola de Música de Perosinho (V.N. de Gaia), da ArtEduca e do Conservatório de Música de Famalicão.

Entretanto, em carta dirigida ao ministro, a Fenprof considera que, além da situação dos salários, existem outras questões que merecem reflexão, debate e negociação, designadamente em relação à formação e habilitações para a docência, horários de trabalho e carreira profissional. Refere, ainda, que o facto de estes docentes terem intervenção direta junto de milhares de alunos das escolas públicas (ensino articulado), justifica que o MEC não se alheie do que se passa no Ensino Artístico Especializado particular e cooperativo, razão por que considera existirem motivos bastantes para uma intervenção do MEC nesta matéria.



*É possível ter
uma Universidade
de qualidade,
do ponto de
vista científico
e pedagógico,
que não seja ao
mesmo tempo
um espaço
de vivência
democrática e de
participação?*

O CONSELHO GERAL E A GOVERNAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior foi criado em 2009 e, passados estes anos, importa fazer uma reflexão sobre a sua implementação. Concebido numa época anterior à crise financeira, e tendo presente o estrangulamento financeiro a que este Governo tem sujeitado o Ensino Superior e a Investigação, poucos têm sido os contributos para a discussão sobre o RJIES e, em particular, sobre o modelo de gestão das instituições de Ensino Superior.

A este propósito, deve ser realçada a recente edição de «O Papel dos Conselhos Gerais no Governo das Universidades Públicas Portuguesas – A Lei e a Prática», dos investigadores Cândido de Oliveira, Paulo Peixoto e Sílvia Silva. O livro centra-se nas diferentes experiências de governação das universidades no que a conselhos gerais (CG) diz respeito. Os autores reconhecem a legitimidade democrática do órgão, salientando a importância dos elementos externos à comunidade académica, que representam cerca de 30 por cento do total. Curioso é verificar que, partindo da mesma lei, as implementações são tão diversas – quer quanto ao número de conselheiros, quer quanto à representação dos funcionários.

Através de entrevistas a membros externos e internos e da informação pública disponível, os autores discutem o funcionamento mais ou menos opaco dos CG, a representatividade excessiva ou insuficiente dos diversos corpos da comunidade académica (profes-

sores, funcionários e estudantes), as relações com o reitor, a missão fiscalizadora e de pensamento estratégico do CG.

Ação limitada. No conjunto das 15 universidades públicas, o número de membros do CG varia entre 15 e 35, não sendo este número diretamente associado à dimensão da universidade (em número de alunos e professores) – algumas com menor número de alunos têm os CG com maior número de membros. Parece, assim, que em algumas universidades a preocupação se centrou num CG alargado que possibilitaria maior representatividade das diversas sensibilidades da academia, por oposição a conselhos mais pequenos, vistos como potencialmente mais eficientes pelo menor número de membros. Importa referir que a representação dos funcionários é quase residual (em geral, um único membro), havendo duas universidades cujos CG não têm qualquer membro do corpo de funcionários – curiosamente, os autores relatam que a opinião maioritária dos membros externos é de que a sua representação é diminuta e que a dos professores é excessiva.

Os processos eleitorais dos membros internos são diferentes, refletindo, em geral, preocupações de representatividade das diversas faculdades. O procedimento de eleição por listas é o mais generalizado, mas há também experiências de conjugação com a eleição



uninominal. Apesar das diferentes formas de eleição, verifica-se que os CG são fortemente sexistas, com uma representação largamente maioritária de homens em todos os corpos.

Sobre o funcionamento do CG, parece ser generalizada a queixa de que a agenda é sobredeterminada pelo reitor, restringindo, quer pela disponibilidade de informação, quer pelo número de reuniões, o papel do CG; nesse sentido, os conselhos parecem ter uma ação muito limitada para além da atividade fiscalizadora das contas e atos do reitor e de pensamento estratégico da missão da universidade. Não possuindo os CG, na generalidade, uma autonomia própria dentro da universidade, nomeadamente no que respeita a apoio secretarial e jurídico, a sua ação fica ainda mais limitada. Apesar da relação do CG com o reitor ser avaliada mais positivamente pelos membros externos do que pelos internos, é consensual que a relação e comunicação com a comunidade académica e a sociedade é, em geral, deficiente.

Questões pertinentes. Apesar da caracterização exaustiva que os autores realizaram e pela qual devem ser saudados, subsistem, contudo, algumas questões que importa discutir sobre esta forma de governação introduzida pelo RJIES.

Em primeiro lugar, ocupando o CG um papel fundamental na definição da missão da universidade, quem deve definir a missão pública da universidade? Será lícito arredar a comunidade académica dessa discussão? A maioria dos membros externos dos CG é do mundo empresarial e financeiro. Apesar de, legitimamente, terem um interesse na definição da missão da universidade, por que razão se entende que estarão mais habilitados do que outros setores da sociedade, como organizações de solidariedade social, sindicatos ou agentes da cultura e das artes?

A deficiente comunicação dos CG com a comunidade académica relatada no livro levanta a questão de se saber como a comunidade vê o CG e de como a comunidade se vê representada na definição da missão e gestão da universidade. De facto, o RJIES esvaziou a participação da comunidade, cerceando a sua representação. Não por acaso, Vital Moreira, um dos autores da lei, referia que com o RJIES “teremos menos órgãos, menos eleições, menos colegialidade, maior participação externa, mais responsabilidade perante o exterior. Se alguma coisa vai mudar profundamente com a reforma, é claramente o sistema de governo”.

Paralelamente ao reforço das lideranças unipessoais, assistiu-se a um esvaziamento dos órgãos que asseguravam a expressão e o debate das diferentes visões sobre a missão da universidade, nomeadamente os senados, transformados em corpos compostos essencialmente por inerências e, assim, indissociavelmente dependentes da hierarquia universitária.

A falta de transparência nos processos de decisão é por demais evidente na abertura de lugares e concursos e na conflitualidade resultante com o protelamento das decisões dos tribunais.

Outro exemplo é o regime de prestação de serviço docente: há instituições onde o serviço docente efetivo não é o real, mas apenas uma fração do total de horas, com base na diferente qualidade dos cursos ministrados.

O atropelo das leis representa, em última análise, o corroer do Estado democrático de Direito. Importa, por tudo isto, perguntar: é possível ter uma Universidade de qualidade, do ponto de vista científico e pedagógico, que não seja ao mesmo tempo um espaço de vivência democrática e de participação?

MUNICIPALIZAÇÃO: A QUEM INTERESSA ESTA “DESCENTRALIZAÇÃO”?

O timing político é desajustado; o governo cessa funções daqui a meia dúzia de meses, não fazendo sentido avançar neste momento e nestas condições... Ainda não se conhecem as autarquias envolvidas nem os critérios de seleção; a obrigatoriedade de os conselhos gerais se manifestarem favoráveis continua a ser dita, mas deixou de estar escrita... Ser contra a municipalização não significa ser a favor da centralização; há outros caminhos para a descentralização, como a criação de Conselhos Locais de Educação proposta pela Fenprof...

O debate em torno da delegação de competências nos municípios tem vindo a destacar três aspetos críticos:

- i) descomprometimento do Estado no financiamento da educação pública;
- ii) reforço do controlo sobre as escolas, comprometendo a sua autonomia;
- iii) arbitrariedade e opacidade na seleção de pessoal, favorecendo o clientelismo, a insegurança e a desmotivação dos profissionais da educação.

Face às últimas versões dos documentos do Governo (contrato interadministrativo, modelo de financiamento e matriz de responsabilidades), importa perceber se as alterações justificam mudanças nas posições das escolas e dos professores – que têm sido esmagadoramente contra este processo.

Comparadas as diferentes versões conhecidas, destacamos algumas questões relativas às três áreas que consideramos críticas.

FINANCIAMENTO. O essencial mantém-se: “A execução do contrato não importa qualquer novo custo para o MEC ou o aumento da despesa média por aluno”. Trata-se, pois, de uma delegação de competências que não só recusa a possibilidade de mais investimento, como responsabiliza os municípios por ganhos ditos de racionalização. O prémio pecuniário às câmaras que trabalhem com um número de docentes inferior ao necessário desaparece, mas os incentivos à eficiência atribuem-lhes “50% do produto das poupanças geradas com a otimização dos recursos”...

Relativamente às transferências de capital, a última versão do contrato prevê que “podem ser financiadas outras despesas acordadas entre as partes que se revelem indispensáveis ao funcionamento dos AE/E” – *podem*, em vez de *devem*, ou *têm de*, o que é inaceitável, porque o “indispensável” tem de ser garantido pelo Estado a todas as escolas.

São sinais preocupantes face à possibilidade de transferência de

SPN ESCREVEU AO PRESIDENTE DA MAIA

O Sindicato dos Professores do Norte tomou conhecimento de que a Câmara Municipal da Maia convidou os presidentes dos conselhos gerais e os diretores dos agrupamentos do concelho para uma reunião com representantes do ministério e da Secretaria de Estado da Administração Local, para discussão da minuta do contrato de delegação de competências – o que confirma

o seu envolvimento no *Programa Aproximar Educação*.

Considerando muito grave a atuação da CMM ao longo do processo, a Direção do SPN enviou uma carta ao seu presidente, Bragança Fernandes (PSD), manifestando “repúdio pela forma como a autarquia ignorou sucessivos pedidos de reunião” e “perplexidade por pretender assumir mais compe-

tências na área da educação, não reconhecendo a importância do papel dos professores no sistema educativo e na construção de uma escola pública de qualidade, como se pode inferir da ostensiva não valorização das posições e preocupações dos docentes do seu concelho.”

Em julho do ano passado, o SPN solicitou reuniões aos municípios da região Norte que estariam en-

volvidas neste processo. A CMM foi a única que nem sequer se dignou acusar a receção do ofício. Já em dezembro, e na posse de informações sobre o eventual interesse do município em integrar o projeto-piloto ainda neste ano letivo, o sindicato voltou a solicitar uma reunião com a maior brevidade possível – três meses depois, o SPN ainda não recebeu qualquer resposta...



competências, num país onde a educação nem sempre é tida como prioridade e onde coexistem municípios com níveis de desenvolvimento muito diferenciados – um caminho que poderá acentuar assimetrias e desigualdades regionais.

Acresce que a “concessão de escolas às autarquias” é a primeira medida da chamada Reforma do Estado para a Educação, a que se juntam as escolas independentes, o cheque-ensino e o novo estatuto do Ensino Particular e Cooperativo. Medidas que, a concretizar-se, terão forte impacto na desregulação do sistema de ensino, favorecendo a sua privatização.

E aqui convém esclarecer que a ideia de que a municipalização das escolas públicas é a melhor garantia contra a privatização, defendida por alguns autarcas, é contrariada pela experiência de países (Brasil, Inglaterra) onde, por dificuldades financeiras, muitos municípios entregaram a gestão das escolas ou concessionaram serviços educativos a privados.

AUTONOMIA DAS ESCOLAS. Em todas as versões do contrato verifica-se que, em maior ou menor grau, os agrupamentos/as escolas perderão ou passarão a partilhar competências com os municípios em diferentes áreas de atuação constantes na matriz de responsabilidades.

Para contornar a contestação à intromissão dos municípios na gestão curricular e pedagógica, alguns autarcas procuraram envolver representantes das escolas na elaboração da matriz – na maioria dos casos, apenas os diretores. Além de ser uma participação restrita, importa sublinhar que o contrato interadministrativo é assinado entre Governo e Município e que a matriz de responsabilidades faz parte do contrato, estando longe de ser o documento central. Mas o contrato deixa claro que “o exercício das competências pelo município cabe aos respetivos órgãos executivos” e que “o município pode acordar com os AE/E o exercício conjunto ou a subdelegação das competências delegadas no município” – competências que a qualquer momento pode chamar a si, bse entender que não estão a ser devidamente exercidas.

Ou seja, a deslocação de competências para a coluna dos AE/E

pode dar ideia de valorização dos seus órgãos de administração e gestão, mas não altera o papel subalterno que lhes foi atribuído, como sublinha o parecer do Conselho das Escolas: os contratos não aprofundam a autonomia das escolas, nem reforçam os seus projetos e identidades; “pelo contrário, esvaziam as escolas da pouca autonomia que têm e subtraem poder de decisão aos seus órgãos de administração, acabando, inevitavelmente, por diluir o seu caráter institucional ao integrá-las como mais um serviço entre os que já existem nos municípios aderentes”.

Em síntese, ao contrário do que o Governo e alguns autarcas afirmam, o processo em curso não visa a territorialização das políticas educativas nem o aprofundamento da autonomia das escolas – insere-se numa lógica de recentralização do poder, atribuindo às autarquias o papel de serviços desconcentrados e estabelecendo uma nova tutela para as escolas.

GESTÃO DE PESSOAL. A última versão do contrato introduz uma única alteração: mantém como responsabilidade do ministério o recrutamento, afetação e colocação de pessoal não docente para acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais, assim como de técnicos superiores para os Serviços de Psicologia e Orientação e outras especialidades.

De resto, o município fica com “competências de recrutamento, afetação, colocação, remuneração, homologação da avaliação de desempenho e poder disciplinar” relativamente ao pessoal não docente e – ao contrário do que vulgarmente é dito – alarga a gestão dos recursos ao pessoal docente, nomeadamente pela “possibilidade de contratação, na oferta específica de base local”, até 25% do currículo. O que significa, juntando as AEC e os cursos profissionalizantes, que a autarquia pode vir a recrutar quase metade dos docentes... Finalmente, e contrariando a ideia de que a gestão dos professores é uma “não questão”, a última versão do contrato interadministrativo prevê ainda a intervenção do município na deslocação de professores entre as escolas e na estabilização do corpo docente, através de uma difusa “articulação”, ora com os agrupamentos, ora com o ministério.



FENPROF PROMOVEU ENCONTRO SOBRE MUNICIPALIZAÇÃO

Contribuindo para o debate público em torno da municipalização da educação, a Federação Nacional dos Professores promoveu um encontro, no Porto, que esgotou o auditório da FPCEUP. Sintetizamos as intervenções dos convidados, remetendo para reportagem no Jornal da Fenprof de março.

LICÍNIO LIMA

“Os municípios aceitaram novas responsabilidades”, mas queixam-se de que não recebem os recursos necessários para a concretização dos novos encargos, observou Licínio Lima. O conferencista da Universidade do Minho apontou também para novas formas de controlo, nomeadamente eletrónicas – a “*cibervigilância* sobre as escolas” é uma “nova forma de controlo remoto”. Chamando a atenção para as políticas de “autonomia enclausurada” que se abatem sobre “um dos mais centralizados sistemas educativos da União Europeia”, Licínio Lima falou também de esperança – “a Escola Pública tem grandes potencialidades” – e de estratégia: “Se queremos democratizar e descentralizar o sistema educativo, temos de saber quem são os nossos parceiros, os nossos aliados, e os municípios podem sê-lo”.

LUIZ DOURADO

Vindo de um país (Brasil) que tem registado vincadas afirmações da educação como um direito social, Luiz Dourado chamou a atenção para os fenómenos de privatização, nomeadamente no plano municipal e da educação infantil, com o aparecimento do cheque-educação e outras iniciativas que desvalorizam a rede pública. Membro do Conselho Nacional de Educação do Brasil alertou, por outro lado, para a fragmentação das organizações sindicais e sociais: “É preciso avançar em processos de participação”, por um caminho de “melhoria das políticas públicas”. Questão central na agenda política brasileira é o orçamento para o sistema educativo – a perspectiva, segundo o professor emérito da Universidade de Goiás, é atingir em breve 10% do PIB.

CARLOS PINTO DE SÁ

“A lei das finanças locais nunca foi cumprida”, considera o presidente da Câmara Municipal de Évora (CDU). O autarca falava das consequências dos sucessivos cortes nas dotações do Orçamento do Estado para o Poder Local, que também está na mira da reconfiguração neoliberal dos Estados e das respetivas políticas, num quadro de desarticulação dos serviços e das funções sociais. “Não há autonomia se os órgãos não tiverem autonomia de decisão”, considera o autarca. “Querem transformar o presidente de câmara num chefe de serviços que se limita a assinar cheques, sem que o município tenha capacidade e autonomia para tomar decisões fundamentais”.

SUSANA AMADOR

“Não existem estudos fundamentados” para se avançar com a municipalização em final de legislatura e em ano de eleições. “É necessário ter em conta o contexto político atual”, afirmou a presidente da Câmara Municipal de Odivelas (PS), alertando que o modelo “não é de efetiva descentralização”. A autarca, que destacou a importância do Poder Local no desenvolvimento do país, realçou que os cortes sucessivos na educação têm afastado Portugal das médias europeias e chamou a atenção para as consequências de uma política que insiste na redução das verbas do Estado transferidas para as autarquias, muitas a viverem já numa situação de estrangulamento. “Perdemos autonomia financeira e autonomia orgânica”, denunciou Susana Amador

ISIDRO FIGUEIREDO

“Podemos fazer mais e melhor com menos. A gestão local de proximidade assim o permite”, defendeu o vereador da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis (PSD), em representação do presidente da autarquia. “Acredito no processo”, mas “há ainda um caminho a percorrer”, referiu, adiantando que, até assinar o acordo com o Governo, o município reuniu com várias entidades – “ouvimos com atenção propostas e críticas”, garantiu Isidro Figueiredo, considerando que “é preciso mais autonomia e mais responsabilidades e trabalhar mais em rede”. O autarca confirmou, por outro lado, que o financiamento tem sido uma das guerras no processo negocial da municipalização.

RONDA PELO SUL DA EUROPA É MAIS O QUE NOS UNE DO QUE AQUILO QUE NOS SEPARA



Sempre encadeados quando “a crise” toma conta das análises e dos comentários, em matéria de consequências da austeridade, os europeus do sul estão mais próximos do que afastados. A conclusão é confirmada pelo painel de organizações sindicais que responderam a um conjunto de questões colocadas pela SPN-INFORMAÇÃO (nas páginas seguintes).

1. Com as medidas anticrise, a percentagem do produto interno bruto (PIB) destinada à Educação manteve-se ou diminuiu?

2. O estatuto profissional dos professores foi afetado por essas medidas?

3. Quais as áreas do

sistema educativo mais afetadas?

4. Quais as ações mais importantes desenvolvidas pelos sindicatos para responder aos efeitos das medidas anticrise?

5. Que expectativas relativamente a mudanças políticas num futuro próximo?



ESPAÑA

1. O orçamento educativo em relação ao PIB foi de 5,1% em 2009 e será de 4,3% para este ano. No Plano Nacional de Reformas, o Governo prevê 3,9% para 2017.
2. Em 2010, o Governo reduziu os salários em 5%; e em 2012, o corte de um subsídio representou aproximadamente mais 7% de redução – recuperado em parte, já este ano. Por outro lado, os salários permanecem congelados desde 2009, agravando a perda do poder de compra. Entretanto, foram aprovados dois Decretos Reais, contendo medidas como: redução dos quadros de professores, aumento do horário letivo e aumento do rácio alunos/professor, redução ou extinção de serviços educativos e diminuição dos apoios aos alunos, cortes nas prestações em caso de baixa por doença e não cobertura das baixas até 10 dias de ausência, fim da reforma antecipada (que tinha permitido uma importante renovação dos quadros)...
3. Em todos os setores praticamente do mesmo modo.
4. Participamos em várias greves gerais (duas delas específicas de professores) e em muitas outras iniciativas, como concentrações e marchas. Estamos a desenvolver uma ofensiva jurídica de âmbito nacional e europeu centrada na inconstitucionalidade da LOMCE [Lei da Educação] e nas alterações ao currículo da educação primária e à formação profissional básica decorrentes dos dois Decretos Reais. Paralelamente, está em curso uma campanha institucional de resistência à LOMCE – sob o lema “Atrévete a cambiar el rumbo. Ante la LOMCE, construimos alternativas” contém uma série de propostas a apresentar a diversas instituições locais, municipais, autonómicas, socioprofissionais, etc., mas também às escolas e aos professores. Trata-se de resistir aos efeitos mais negativos da LOMCE com medidas educativas que preservam a qualidade e equidade do sistema, a participação democrática e o trabalho cooperativo e em rede, por oposição à filosofia dos rankings.
5. O sistema político baseado no bipartidarismo está em quebra e sente-se um elevado grau de volatilidade face ao aparecimento de novos partidos. A interlocução com o Governo é apenas formal e com o partido que o sustenta (PP) é nula. Nos próximos meses, haverá eleições dos parlamentos autonómicos, e as gerais deverão ser em novembro. Há contactos com os partidos da oposição, e todos eles se comprometem a derrogar a LOMCE logo que o Partido Popular perca a maioria absoluta.

Federación de Enseñanza de Comisiones Obreras



FRANÇA

1. A percentagem do PIB destinado à educação manteve-se sensivelmente a mesma, à volta de 6%.
2. Os índices salariais da Função Pública estão congelados desde 2010, tendo como consequência uma diminuição do poder de compra e um empobrecimento progressivo dos professores.
3. As medidas orçamentais de austeridade tiveram repercussões em todas as camadas da sociedade e a educação não foi exceção: diminuição do orçamento das regiões e, portanto, menos subvenções para levar a cabo certos projetos e desenvolver determinadas opções e menos dinheiro para os fundos de apoio a alunos carenciados. No plano estrutural, os lugares abertos a concurso nos últimos anos não são suficientes para responder às necessidades e muitos deles não são preenchidos por falta de candidatos – o desinvestimento dos estudantes na docência é sintomático de uma sociedade que “maltrata” a sua educação e os seus professores. Tudo isto levou a um aumento do número de alunos por turma e a um número crescente de substituições não asseguradas.
4. O SNES-FSU chamou incessantemente a atenção do ministério sobre as condições de trabalho degradadas, exigindo o descongelamento dos índices salariais e a revalorização da profissão. Protestamos, igualmente, contra a reforma do Ensino Secundário, introduzida em 2010, que deve estender-se ao Básico, cujos efeitos nefastos sobre a carga de trabalho e os conteúdos do ensino nunca foram sujeitos a um balanço. No dia 3 de fevereiro houve uma greve, convocada pela FSU, para exigir que a política educativa seja efetivamente uma prioridade, como tinha anunciado o presidente François Hollande.
5. Para o SNES-FSU é necessário mudar algumas orientações do governo Hollande: voltar atrás na reforma do Ensino Básico, que, a julgar pela do Secundário, conduziria à diminuição do número de horas de ensino e a uma sobrecarga de trabalho para os professores. E desejamos que, por fim, as promessas de “prioridade à educação” se tornem uma realidade política, e de revalorização da profissão, conducente ao sucesso escolar de todos os alunos.

Syndicat National des Enseignements de Second degré



FRANÇA

1. Em França, a diminuição do orçamento para a educação é anterior ao início da crise. Com a entrada dos socialistas no governo, em 2012, foi dada prioridade à educação: de 6.1% do PIB em 2011 para 6.8% em 2013 – o orçamento inclui salários, encargos e pensões, certamente diferente noutros países, onde nem todos os professores são funcionários. O governo não fala de medidas orçamentais “anti-crise”, antes de “controlo das despesas públicas”, o que tem impacto noutros campos da Função Pública.

2. Nós temos um congelamento de salários que se prolongará até 2017. Entretanto, o sistema de reformas foi alterado, sendo agora necessário contribuir durante mais tempo. A formação de professores tinha sido suprimida, era efetivamente uma importante fonte de economias: estavam em aulas a partir da obtenção de mestrado. Um novo sistema de formação foi criado em 2013, com as ESPE (École Supérieure du Professorat et de l'Éducation) – até agora não é satisfatório, pois os estudantes fazem uma parte importante da sua formação de professores já perante os alunos.

3. Foi sobretudo a não substituição de um em cada dois funcionários que se reformavam: 80.000 lugares tinham sido suprimidos. Desde 2012 até 2017, serão criados 60.000, mas não são suficientes, porque o número de alunos está a aumentar.

4. Greves nacionais, manifestações, petições por salários, reformas, etc. A maior parte das vezes por iniciativa unitária (educação) ou intersindical (público e privado).

5. Mobilizações regulares, mas com pouca adesão, para reclamar um conjunto de medidas sociais que ponham fim ao impacto das medidas de “austeridade”. Lutar contra a pobreza que alastra e que atinge os trabalhadores (precários, a tempo parcial, mal remunerados), contra o desemprego e contra as desigualdades crescentes, em França e, em geral, na Europa. A diferença entre ricos e pobres aumenta; as empresas beneficiam de leis, exonerando-as de taxas, impostos, etc., sem qualquer benefício para os assalariados e desempregados à procura de emprego. Participamos também em mobilizações europeias para denunciar o “assalto” dos bancos e da *troika* aos governos.

**Syndicat National Unitaire des
Instituteurs Professeurs des Écoles et Pégc**



GRÉCIA

1. A percentagem do PIB para a Educação diminuiu 35 por cento desde 2009, e o anterior Governo planeava reduzi-la para 1,9% até 2018. Com as eleições e o novo Governo, este plano foi cancelado. Para este ano ficou estabelecido 2,5%, mas a nossa intenção é chegar aos 5% nos próximos anos.

2. O salário dos professores foi reduzido em 22% e 25% por cento, dependendo dos anos de experiência. As pensões foram reduzidas e os anos para a reforma aumentaram. O horário de trabalho letivo aumentou de 21 para 23 horas semanais e o novo sistema de avaliação tornou a relação entre os professores mais competitiva.

3. Os dois setores mais afetados foram a educação vocacional, tradicionalmente mais frequentada por estudantes de famílias pobres, e o das necessidades especiais, porque os alunos precisam de muitos cuidados e os cortes “atiraram-nos para canto”.

4. Nós usámos as assembleias para decidir mobilizações ou greves. Convocámos protestos perante o Parlamento e os ministérios e, no último período, criámos comités para os professores que estão em suspensão, nos quais eles participam, e juntamente com o sindicato realizamos muitas atividades, como a ocupação do Ministério da Educação e a permanência nos gabinetes até discutirmos diretamente com a administração. Também promovemos atividades simbólicas e tentamos ganhar tempo e espaço na comunicação social.

5. As mudanças políticas na Grécia vão afetar os outros países, nomeadamente Portugal, Espanha e Itália, e essas mudanças vão ter efeitos positivos na União Europeia, que é uma união forte, mas com más políticas para as pessoas. Nós temos de mudar isso, as novas gerações têm de viver numa Europa melhor.

Sindicato dos Professores do Ensino Secundário (OLME)



ITÁLIA

Entre 2008-2011, Berlusconi “riscou” das escolas 90.000 professores e 50.000 funcionários, num universo total de 900 mil. Consequências: ensino mais expositivo, menos trabalho a tempo inteiro, extinção de grupos de nível (Escola Primária) e redução de oito a duas horas/semana (Ensino Secundário).

Mais de 100.000 professores e funcionários trabalham com contratos temporários, sem qualquer perspectiva de recrutamento e trabalho contínuo.

A idade da reforma passou de 60 anos para 67, com consequências ao nível do desemprego e da renovação da força de trabalho no setor educativo – a média etária dos professores italianos é a mais alta na Europa.

Os salários estão congelados desde 2008 e, recentemente, o congelamento foi prolongado até 2020! Neste contexto, as preocupações parecem limitar-se ao financiamento das escolas privadas – apenas 7% dos alunos! – e ao pagamento aos professores do ensino público em função da avaliação do desempenho! A resistência aos cortes e aos congelamentos teve um forte período de luta em 2008-2009, com milhões de professores, funcionários, alunos e pais nas ruas. Mas nos últimos dois anos, as grandes ações de massas tornaram-se mais difíceis, também devido a crescentes divergências entre as principais organizações sindicais quanto aos objetivos, e muitas vezes a FLC ficou sozinha na luta.

A avaliação do PISA mostrava, em 2013, que os alunos das escolas do norte estão ao mesmo nível dos da Holanda, enquanto os do sul estão ao nível do México – cerca de 100 pontos separam a melhor região do Norte da pior do Sul, um fosso bem maior do que em Espanha (60) e no Reino Unido (30). A frequência universitária é baixa: apenas 42% dos jovens, devido ao elevado abandono escolar no ensino médio (cerca de 20%), e o número de matrículas continua a diminuir, por causa da crise.

O Governo quer reduzir o fim da Escola Secundária para os 18 anos, o que representará menos 40.000 postos de trabalho... Onde incidirão os cortes? No Secundário, com um ano a menos? Na Educação de Infância, com a antecipação da Primária dos 6 para os 5 anos de idade? Ou na Primária, tornando obrigatório o último ano do jardim de infância?

Federazione Lavoratori della Conoscenza

PELO FIM DA DUALIDADE ESTATUTÁRIA

Na Alemanha, o GEW (Sindicato da Educação e Ciência) e outros sindicatos iniciaram no dia 3 de março um ciclo de greves em vários dos 16 *Länder* (Estados), reclamando um aumento salarial de 5,5% e um acordo coletivo para 200.000 professores assalariados que exercem funções em escolas públicas. As “greves de aviso”, em diferentes dias, decorrem de um impasse nas negociações com os empregadores públicos.

Com as mesmas qualificações e trabalho idêntico, mas com significativas diferenças salariais e de condições de trabalho, os professores alemães podem ter o estatuto de *beamte* ou de *angestellte* (mais ou menos equivalentes a funcionário público e a prestador de serviço em instituição pública), conforme o Estado federal onde estejam/pretendam exercer a docência e os critérios de contratação adotados por cada Estado – sistema bastante complexo, porque, na prática, corresponde a 16 sistemas diferentes, “com muitas disparidades e injustiças entre eles”, como denuncia o GEW.

A maioria dos professores (650.000) tem o estatuto de *beamte*, substancialmente mais vantajoso do que o dos *angestellte*. O fim da dualidade estatutária – implicando salário, segurança no emprego, assistência na doença, reforma, etc. – é, por isso, uma questão central para o GEW, que exige regras padronizadas nos serviços públicos.



FENPROF QUER ENVOLVER OS PARTIDOS NA RECONSTRUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO

Visando respostas claras e compromissos futuros (caso venham a integrar um futuro governo), a Fenprof vai confrontar os partidos políticos com as grandes opções no domínio da política educativa.

Sabemos que, além das lutas sindicais a desenvolver no sentido de travar algumas iniciativas ainda em curso, e que preenchem o “cardápio” das medidas de política educativa que o governo Passos-Portas identificou para dismantlar a escola pública e desvalorizar os professores, as atenções se vão centrando cada vez mais nas próximas Eleições Legislativas, acreditando-se que é essa a via com maior possibilidade de inverter o rumo neoliberal que tem conduzido o país ao descalabro em que está.

Ou seja, a própria luta sindical, no seu sentido mais amplo, tem de reconhecer a importância desse espaço, sabendo que aí o protagonismo é dos partidos políticos concorrentes às eleições legislativas e, principalmente, dos que hoje têm representação na Assembleia da República. É neste sentido que, em cada ato eleitoral legislativo, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) procura confrontar os partidos com as grandes opções que se colocam no domínio da política educativa, em busca de respostas claras e até de compromissos futuros, caso

cheguem a integrar o governo saído dessas eleições. Após várias modalidades tentadas anteriormente, a Fenprof optou este ano por, numa primeira fase, promover um conjunto de conferências regionais, cujos temas cubram as áreas consideradas mais importantes do sistema educativo – no Norte, será a profissionalidade docente, tema com importância acrescida face à funcionarização da classe, ao apoucamento da sua dignidade profissional e à desvalorização da sua formação.

De cada uma das conferências regionais será feita uma síntese para divulgação no «Jornal da Fenprof», sendo que delas também surgirão as questões a colocar aos partidos – o que acontecerá em junho. A culminar o processo, no início de setembro, será editado e distribuído aos sócios um «Jornal da Fenprof» especial sobre as Eleições Legislativas, que incluirá o tratamento das comunicações apresentadas nas várias conferências e as respostas dos partidos às questões que lhes forem apresentadas.



SPN E PÁGINA SENTARAM LUIZ DOURADO N'A CADEIRA DE VAN GOGH

Aproveitando a presença entre nós do companheiro Luiz Fernandes Dourado (Universidade Federal de Goiás e membro do Conselho Nacional de Educação do Brasil), o Sindicato dos Professores do Norte e *A Página da Educação* promoveram uma tertúlia com professores que decidiram ocupar um fim de tarde de fevereiro a trocar ideias e a procurar saber algo mais sobre a experiência brasileira no domínio da educação.

O tema central foi o Plano Nacional de Educação aprovado no Brasil para a década 2011-2020, que assenta na aposta de, no final da década, alocar 10% do PIB à educação. Meta ambiciosa em quaisquer circunstâncias, representa um chocante contraste político com a realidade portuguesa, onde o trajeto é exatamente o oposto, baixando a percentagem para 4% por obra e graça do execrável governo Passos-Portas, que teima em manter-se no poder.

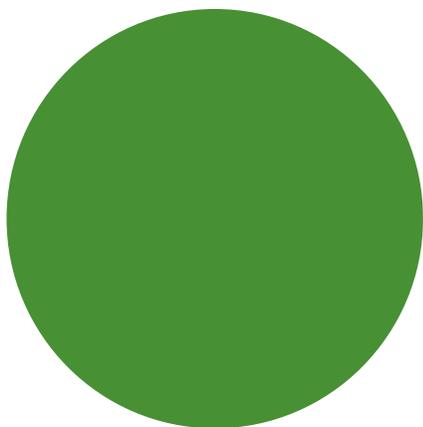
Foram cerca de duas horas de conversa animada e de partilha de informação que nos ajuda a refletir melhor sobre a problemática educativa e que, mais uma vez, provou que pequenos grupos de discussão podem ser muito eficazes no desenvolvimento de opiniões pessoais e coletivas. Por isso, a Direção do SPN entende que é uma prática a manter, encontrados que sejam os temas que a cada momento se revelem mais pertinentes.

Luiz Dourado esteve no Porto para participar num encontro sobre municipalização da educação promovido pela Federação Nacional dos Professores e que contou, também, com as participações de Licínio Lima (Universidade do Minho) e de representantes dos municípios de Évora, Odivelas e Oliveira de Azeméis [ver página 14 e reportagem na edição de março do *Jornal da Fenprof*].

Abel Macedo



PELOS VALORES DE ABRIL. No dia 7 de março, por todo o país, foram muitos os trabalhadores que saíram à rua em luta contra a precariedade e por emprego com direitos, por melhores condições de trabalho, pelo aumento dos salários e por mais e melhores serviços públicos. Os participantes na jornada de luta aprovaram uma resolução que refere a urgência de se “inverter o rumo de desastre a que a política de direita conduziu o país” e de pôr fim ao “ciclo infernal da exploração e do empobrecimento”, bem como a necessidade de “romper com as amarras da ingerência estrangeira”, construindo uma alternativa política capaz de conduzir Portugal a um futuro de progresso e bem-estar.



FSM REÚNE NA CAPITAL DA TUNÍSIA



A 14ª edição do Fórum Social Mundial vai decorrer em Tunes, entre os dias 24 e 28 de março, com a participação de 4.243 organizações de todo o mundo e 1.074 iniciativas previstas. O FSM é um espaço de encontro e discussão de organizações e movimentos sociais que, em todo o mundo, lutam para preservar a dignidade das pessoas e dos povos, cada vez mais posta em causa pela ordem neoliberal.

Os desafios que a sociedade enfrenta são cada vez mais complexos. O modelo de globalização que tem vindo a ser imposto e que se reveste de um cariz marcadamente neoliberal deve ser avaliado e compreendido pelo que nos traz. Se é certo que um bom número de males de que o mundo sofre são anteriores à globalização, é igualmente certo que a exclusão, a miséria, as desigualdades e as violências que geram têm vindo a ganhar terreno e constituem hoje uma das questões centrais do debate político, que é cada vez mais sobre a democracia e a justiça social.

Consciente de que a receita da austeridade a todo o custo terá resultados social e politicamente inaceitáveis, o Governo português, tal como outros na Europa, vai gerindo a expectativa dos cidadãos, ajustando as previsões e responsabilizando o contexto internacional e/ou efeitos supostamente inesperados; tal como outros na Europa, não nos diz que foram as suas opções políticas que conduziram o país a um brutal empobrecimento, à perda de direitos e à ausência de perspectivas de futuro.

Tal como os outros serviços públicos, a educação não ficou incólume a esta situação, que tem vindo a agravar-se cada vez mais. Com a crise “decretada”, assistimos a uma acentuada degradação da qualidade da Escola Pública e da situação profissional dos docentes.

Dar resposta. O tempo que vivemos terá de ser cada vez mais de resistência e construção de alternativas ao neoliberalismo que impõe os interesses da finança e do capital, que promove as leis do “mercado” em detrimento dos princípios democráticos de equidade e solidariedade, agravando a desigualdade social, a precariedade, o desemprego, a pobreza e a exclusão; terá de ser um tempo de defesa das funções sociais do Estado e dos direitos dos trabalhadores e das organizações que os representam.

Ao processo de globalização, que tem vindo a desenvolver-se num contexto de vazio ético, devemos, pois, contrapor uma outra globalização, centrada no ser humano e portadora de uma clara dimensão social, sem a qual continuará a ser considerada como mais uma forma de dominação e exploração.

Num contexto em que as políticas são cada vez mais decididas a nível supranacional, o movimento sindical tem, também, de globalizar as suas respostas, de responder num contexto global à ofensiva anti-social em marcha. O FSM continua a ser, mais do que nunca, um espaço privilegiado e vital para os movimentos sociais que lutam para preservar a dignidade das pessoas, para que elas permaneçam donas dos seus próprios destinos, capazes de lutar e de adquirir novos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais e de construir alternativas à ordem neoliberal.

PRECISAMOS DE MAIS DEMOCRACIA NAS ESCOLAS

Maria João Leite

A Página da Educação

No âmbito da preparação do 7º Congresso Mundial da Internacional da Educação (Otava, 21 a 26 de julho), realizou-se no Porto uma reunião com organizações sindicais de alguns países europeus, para análise dos documentos do congresso e elaboração de propostas comuns, nomeadamente projetos de resolução, a apresentar ao congresso. Tendo em conta a atualidade e relevância da situação grega, a SPN-INFORMAÇÃO aproveitou a presença do presidente Sindicato dos Professores do Ensino Secundário da Grécia (OLME) para lhe colocar algumas questões.





Qual é o estado da educação na Grécia?

A situação é complicada... Temos um novo governo e muitos problemas resultantes das políticas neoliberais da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional e das medidas tomadas pelo governo anterior. Políticas e medidas que tiveram um impacto muito negativo também ao nível do sistema educativo.

Um problema crucial é o orçamento para a educação, que diminuiu 35 por cento em cinco anos. Em consequência, muitas escolas fecharam, aumentou o número de alunos por turma e o número de professores diminuiu: uns reformaram-se e ninguém ocupou os seus lugares e outros estão em suspensão obrigatória, o que significa que recebem 75 por cento do salário, mas não trabalham. Por outro lado, os salários foram reduzidos até 45%, no caso dos novos professores – que no primeiro ano têm de ir lecionar, nomeadamente, para as ilhas pequenas e pagar uma segunda casa.

Que impacto tiveram essas medidas nas escolas?

Com essas reformas aumentaram as horas de trabalho dos professores e foi estabelecido um novo sistema de avaliação. E a relação entre salários, avaliação e carreira criou nas escolas um mau ambiente, de competição entre os docentes. Nós acreditamos que as escolas democráticas têm de pertencer aos professores, ao coletivo, e que os professores devem colaborar, e não competir, para ter bons resultados.

O que é mais urgente fazer?

É urgente que os professores que estão em suspensão obrigatória regressem às escolas, e parar o sistema de avaliação dos professores e o sistema de exames para os estudantes. Estas são as prioridades. Sabemos que não temos dinheiro, mas talvez o novo governo consiga gerir o ministério de melhor forma. Nós precisamos de mais dinheiro para o sistema de ensino público.

Quais são as expectativas relativamente ao novo governo?

Esperamos que resolva os problemas básicos... Que haja boas relações e que ouçam os professores, as suas expectativas e os seus

problemas. E os estudantes, o que querem e o que sentem. Porque o sistema educativo são as pessoas, não os números, não o dinheiro... As pessoas fazem a diferença.

Nesse sentido, o papel dos sindicatos é importante...

Até agora, os ministérios da Educação chamavam os sindicatos, discutiam durante uma hora e pronto... Às vezes davam-nos o seu plano, ouviam a nossa opinião, mas avançavam com o que pretendiam. Isto não é negociação, não é diálogo social; isto não são boas relações. Um governo que quer realmente o bem da educação pública ganha se ouvir os professores, os alunos e os pais. Isto é muito sério!

É muito importante aumentar o orçamento da Educação. Compreendo que ainda não houve tempo, mas o Governo deve mudar o orçamento das despesas públicas e aumentar as verbas para a Educação, a Saúde, etc. Nós temos dinheiro, mas vai para as pessoas ricas e para as grandes empresas. Na Grécia há muita corrupção. O Governo deve atribuir mais dinheiro à Educação, planeando o aumento do orçamento para o setor, passo a passo, todos os anos. E deve programar as novas reformas com os sindicatos, com os professores e com os estudantes. Isto é muito importante! Na Educação, as pessoas estão em primeiro lugar. E se um governo quer mudar a sociedade, tem de apoiar as pessoas com medidas positivas.

Que retrato faz da educação na Europa?

Há problemas semelhantes aos nossos em todos os sistemas educativos. Precisamos, por isso, de mais democracia nas escolas, de mais participação dos professores e dos alunos. E precisamos de apoiar o ensino público, porque a educação é um direito humano, que deve chegar a todas as pessoas, a todas as crianças, sem discriminações e de forma gratuita.

Os problemas da educação e de outros bens públicos são políticos. Na Grécia, acreditamos que as nossas preocupações – orçamento, avaliação, mais escolas, mais professores... – estão incluídas nas intenções políticas de mudança. Porque se não resolvermos os problemas políticos, não resolveremos a Educação, a Saúde, etc.

CONCURSOS: MAIS CONFUSÃO À VISTA

José Miguel Pinho
advogado do SPN

Uma nota particular, que não tem a pretensão de constituir qualquer defesa pessoal ou de outra natureza, mas que não posso deixar de assinalar, a bem da minha consciência.

No dia 31 de janeiro (se a memória não me falha), no seu comentário semanal na SIC, sem que nada o fizesse antever ou a condução dos temas o indiciasse, Luís Marques Mendes referiu-se à carreira sindical do professor Mário Nogueira, secretário-geral da Fenprof, sugerindo a imposição de uma limitação de mandatos no exercício de cargos sindicais.

A gratuitidade e o despropósito da observação – surpreendente, porque fora do contexto do comentário – não deixaram de demonstrar algum incómodo face ao exercício do direito fundamental de representação sindical dos trabalhadores. Mais, Luís Marques Mendes esqueceu um princípio fundamental do ordenamento jurídico, plasmado na Constituição da República Portuguesa:

“1. Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal.

2. As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas actividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial.” [artigo 46º, nos 1 e 2].

Caso para concluir que, felizmente, o texto fundamental, tantas vezes vilipendiado, ainda garante a liberdade de associação – no caso, para defesa dos direitos dos trabalhadores – e permite que as associações decidam como se organizar e funcionar, “sem interferência das autoridades públicas”.



*Aos políticos, menos liberalismo e mais carácter.
Aos homens de letras, menos eloquência e mais ideias.
Aos cidadãos em geral, menos progresso e mais moral.*

Eça de Queirós - *Carácter, Ideias e Moral*

Grassa a confusão – três simples palavras para sintetizar o resultado dos concursos de colocação de professores para o ano escolar em curso. A conclusão podia ser minha, como de qualquer docente que se tenha submetido a esse concurso. Poderia, até, ser da iniciativa do ministro da Educação, como foi, quando perante o Parlamento, e após demissão do então Diretor Geral da Administração Escolar, reconheceu uma “incongruência na harmonização da fórmula”. Semântica embromadora, logo dissipada pela frase: “Peço desculpa aos pais, aos professores e ao país”. Estranho Governo, este, em que as desculpas se sucedem a bom ritmo, sem que nenhum outro alcance se vislumbre.

Esta realidade, assumida pelo responsável máximo do Ministério da Educação e Ciência, deveria estar ultrapassada, aprendida e corrigida. Longe disso, aí estão os concursos (interno e externo) para os anos escolares 2015/2016 e subsequentes. Sem qualquer lição retirada, a confusão permanece, por vezes em matérias que se julgavam pacíficas e ultrapassadas, mas que, no final, se demonstram ainda mais perniciosas do que erros passados.

Simples e premonitório exemplo. Em janeiro de 2007 foi publicada uma significativa revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), considerando o significado por correlação direta com o número de alterações introduzidas. Nessa data, entre muitas outras alterações (muitas das quais já pereceram às mãos da fúria legislativa...), foi alterado o artigo 103º. Da sua redacção passou a constar a equiparação das faltas por doença e das faltas por doença prolongada a prestação efectiva de serviço.

Tratando-se do ECD, diploma que rege especialmente a carreira docente, o assunto foi amplamente debatido por juristas e advogados dos vários sindicatos da Federação Nacional dos Professores (Fenprof). Vários contributos recolhidos, a conclusão afigurou-se simples e consentânea com os ensinamentos dos bancos das escolas de Direito (*lex specialis derogat lex generali*), tendo-se interpretado que as faltas justificadas por motivo de doença ou doença prolongada – nos termos do referido artigo 103º do ECD – não podem ter qualquer efeito negativo na contagem do tempo de serviço dos docentes, sob pena de estar a ser violada a norma que equipara essas ausências a prestação efectiva de serviço.

Após anos a pregar sozinhos esta interpretação, eis que em 2014 vem a público uma decisão da Direcção Geral da Administração Escolar, que, seguindo este entendimento, determinou a contagem das ausências de uma docente por motivo de doença como tempo de serviço para todos os legais efeitos, aqui se incluindo o concurso. Decisão inequívoca, mas não geral... Na sequência dessa decisão,

muitos docentes requereram a mesma contagem aos respetivos agrupamentos, os quais solicitaram aos órgãos superiores do MEC instruções sob como proceder. Aqui chegados, e não obstante a decisão proferida pela Administração em caso concreto e similar, os agrupamentos começaram por indeferir os pedidos dos docentes, alegadamente com fundamento nas instruções recebidas...

Não nos podendo conformar com esta diferença de tratamento, insistimos com reclamações e recursos, acções judiciais e exposições a vários órgãos e entidades, acabando por colher algum fruto dessa insistência. Assim, em julho de 2014, em informação remetida aos agrupamentos de escolas, a DGAE concluiu que “as faltas por doença, porque equiparadas a prestação efectiva de serviço, não descontam para qualquer efeito legal” (Informação B14015519V). Caso raro, mais refere a dita informação que “a corroborar o entendimento expresso pela DSJC cita-se, quanto a esta matéria, a sentença do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa proferida a 09 de Junho de 2014.”

Perante informação tão inequívoca, alguns agrupamentos começaram, então, a deferir os pedidos de contagem do tempo de serviço indevidamente retirado a docentes por doença, designadamente para efeitos de concurso. Tudo parecia, assim, encaminhado para a resolução justa desta questão, não fora o facto de alguns agrupamentos persistirem em não proceder à referida contagem...

Alerta. Deste breve exemplo resulta um facto, simplesmente grave, que pode colocar em crise todo o procedimento concursal de colocação de professores: há candidatos que declaram – e veem validado pelas escolas – o tempo de serviço em que se ausentaram por doença (acima dos 30 dias) e outros a quem os dias em idêntica circunstância não são considerados. Esta situação pode subverter e prejudicar toda a ordenação dos docentes, com repercussões de tal ordem gravosa que impossíveis de prever com rigor.

O que é certo e não podemos admitir é que a Administração Pública realize um concurso em que o tempo de serviço – apenas o elemento mais decisivo para a graduação dos candidatos – seja contabilizado de modo diferente em situações jurídicas idênticas e merecedoras do mesmo tratamento legal. Fica o alerta para todos aqueles que venham a ser lesados por esta diferença de tratamento, para que não se conformem e exijam a reposição da legalidade e da igualdade a que a Administração está obrigatoriamente vinculada.

Note-se que este é um pequeno exemplo do que este concurso pode gerar. Infelizmente, poderíamos apontar muitas outras situações de dúvida, desigualdade e até mesmo de ilegalidades em que a Administração persiste.

ALUNOS DE MIRANDELA SENTEM-SE DISCRIMINADOS

Associação de Estudantes considera que “a escola está uma miséria” e que o seu estado não corresponde à exigência que se quer igual para todos, apesar de as condições de trabalho serem muito diferentes



“Encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Educação e Ciência de informar V.Ex.^a que o assunto mencionado em epígrafe [obras de beneficiação] foi remetido para ser acompanhado pela Parque Escolar, EPE, não sendo possível, de momento, iniciar a retoma da Fase 4 do Programa de Modernização de Escola do Ensino Secundário (PMESS), dadas as atuais restrições orçamentais.” Este é o teor de um ofício de 4 de fevereiro – assinado por Vasco Lynce de Faria, chefe de gabinete do ministro da Educação e Ciência – com que Nuno Crato responde aos alunos de uma escola em visível e adiantado estado de degradação.

Com data de 15 de janeiro, a Associação de Estudantes da Escola Secundária de Mirandela escreveu ao ministro, solicitando informação sobre o processo de obras de beneficiação daquele estabelecimento. “Como é do conhecimento de V.^a Ex.^a, esta escola nunca recebeu obras de beneficiação/reestruturação. Hoje, é um estabelecimento de ensino completamente degradado”, referem os estudantes, que elencam alguns dos maiores problemas:

- toda a caixilharia, construída em madeira, apodreceu;
- chove dentro das salas e por efeito da humidade, as salas tornam-se escuras à vista e desagradáveis ao olfato;
- “os sanitários continuam a exibir o nome, mas as condições

que oferecem fazem corar de vergonha qualquer cidadão”, refere a missiva, esclarecendo que “à semelhança de tudo o resto, as canalizações apodreceram e qualquer pessoa subentende as consequências...”;

- no inverno, o frio aperta tanto dentro das salas (3°C, mesmo com o aquecimento ligado) como o calor no verão (34°C)...

Em síntese, a Associação de Estudantes considera que “a escola está uma miséria” e que o seu estado não corresponde à exigência que se quer igual para todos, apesar de as condições de trabalho existentes serem muito diferentes.

“Bem perto de nós, há escolas onde nada falta. Há concelhos onde foi construído mais do que um agrupamento. E nós, nem casa de banho temos...”, reclamam os estudantes, que terminam com uma pergunta – “Se a tutela se diz *interessada em melhorar a escola pública, elevando-lhe a qualidade, e ter um critério de condições mínimas*, que condições mínimas são as nossas?”

Nem Crato, nem o chefe de gabinete, nem a Parque Escolar responderam aos alunos de Mirandela. Passos Coelho, que passou por lá e não sabia de nada, tomou conta da ocorrência, mas já foi dizendo que “se o senhor ministro diz que não há dinheiro...”



MARIA LUÍSA SUBIU ÀS ÁRVORES ATÉ AOS 50 ANOS

Natural de Vila Real, Luísa Dacosta morreu em fevereiro, em Matosinhos, com 88 anos. Uma tuberculose levou-a de encontro à escrita; a superação de um cancro reforçou-lhe a paixão pelo ensino, que lhe deu o sustento: “sabia que morreria de fome se vivesse só dos livros”. Escrito na primeira pessoa, o texto aqui reproduzido foi publicado originalmente no semanário Expresso (25.06.2005), inserido na série “O que a vida me ensinou”, do jornalista Valdemar Cruz.

ANA ALVIM

Lamento sair desta vida bastante desiludida. Por exemplo, em relação à alegria com que festejei o fim da II Guerra, a pensar que nunca mais havia guerras, e que vinha aí a solidariedade, a democracia e a liberdade para todos. Mas não. Estamos num mundo criminoso em que 70 por cento da população mundial não tem acesso à água, à comida, à saúde, à educação. Sobretudo, incomoda-me partir com a certeza de que a parte mais esmagada deste mundo é a mulher. Isso dói-me. A pessoa sai daqui a pensar que certas coisas pelas quais lutou já nunca mais aconteceriam, e afinal pioram. Nunca pensei que as mulheres se fizessem a elas próprias bombas. É preciso um desespero terrível e já não acreditar em mais nada, para se fazer uma coisa dessas. Isto significa que criámos um mundo que é imoral. Há uns que julgam que já viram tudo, que já sabem tudo, que já têm tudo, e há outros que andam a esgravatar, a ver se encontram umas sementes na terra. É uma coisa atroz. Nunca fui optimista, mas tão pessimista como agora, também não.

Quando nasci, o mundo praticamente não existia fora do globo terrestre e dos mapas. Não havia rádio, nem telefone, nem televisão. Lembro-me de ouvir o rádio, mas só quando já teria uns seis anos.

O meu pai comprou um, porque gostava muito de ouvir ópera. Por vezes isso misturava-se com as rezas da noite, porque a minha tia era muito dada a rezar. Eram rezas bonitas, algumas em verso. Uma ou outra seria pouco própria para crianças, como a oração da noite: “Nesta cama me deito, não sei se me torno a levantar”. Era a ideia da morte, que também não se escondia às crianças. Quando, em 1992, fui internada de urgência no Instituto de Oncologia, os médicos não sabiam se eram capazes de me pôr direita. Durante muito tempo tive a ideia de que morreria aos 40 anos. Fui muito influenciada pelo retrato de uma morta que nunca conheci: a minha avó Ana. Eu era muito parecida com ela, segundo todas as pessoas diziam. Como criança, convenci-me que era uma ressurreição. A pretexto disso perguntavam-me se eu acreditava na reencarnação. Claro que não. Não tinha, sequer, a noção de reencarnação. Mas alimentava a ideia de que eu podia ser uma segunda oportunidade dada à minha avó, porque ela tinha tido uma vida infeliz e morreria tuberculosa aos 40 anos. Eu tive a minha tuberculose aos 20 e demorou a passar, porque ainda não havia remédios suficientes. Houve muitos primos meus que morreram, inclusive uma prima com 18 anos, que andava comigo no liceu. Morreu ela e o irmão. Como tive

>>>



ANA ALVIM

>>>

a tuberculose depois dos 20, pensei que talvez não passasse dos 40. Quando era pequena brincava muito, quase até a exaustão, a ver se me recordava da vida que tinha vivido. Isso foi tão forte em mim, que escrevi um livro que se chama *O Planeta Desconhecido e Romance da que Fui Antes de Mim*.

Agora começo a ter a noção de que possivelmente o tempo está a acabar. Preocupa-me, na medida em que às vezes me perguntam se quero cair para o lado, porque ainda continuo a ir dar umas aulas, como fui recentemente aos Açores, onde apanhei uma pneumonia. Eu respondo que é exactamente isso que quero: cair para o lado. Há só uma coisa que me apavora no fim: o tempo de desgaste que as pessoas às vezes têm numa cama. Ainda vivo sozinha, ainda faço as minhas compras, ainda faço a minha comida. Faço uma vida bastante normal. Não desejo a dependência. Custa-me mais aceitar a degradação do que a morte. A dependência é uma coisa terrível. A minha mãe era uma pessoa de grande vontade. Partiu as duas pernas, foi operada e nos últimos tempos ficou acamada. Lembro-me que quando eu a lavava, ela chorava. Devia ser uma coisa terrível. Para uma pessoa independente como eu, isso é uma humilhação que me aterra.

Sou um pouco irrequieta. Um dos desgostos grandes que tive foi deixar de subir às árvores. Subi às árvores até talvez aos 50 anos. Não era pessoa de estar muito sossegadinha. O facto de viver na província teve uma vantagem, porque, embora naquele tempo não se usasse, eu tive sempre uma educação mista. Na província há turmas tão pequenas que nem podia ser de outra maneira. No meu sétimo ano creio que éramos apenas sete em Letras.

Uma das coisas que me custou bastante foi não saber andar com

o arco. Os meus primos faziam grandes corridas com os arcos. No meu tempo as meninas eram levadas a não fazer certas coisas. Havia uma recomendação da minha tia, que dizia que “quando uma menina assobia, estremece céus e terra”.

Do que me lembro bem dessa minha infância é das orações que a minha tia nos obrigava a rezar. Tenho uma grande admiração pela figura de Cristo, que acho uma figura extraordinária, muito interessante. Normalmente as religiões estão ligadas a aspectos políticos, mas a figura de Cristo não está. É uma figura independente do social e do político. É uma doutrina puramente espiritual. Há uma grande capacidade de dádiva e perdão, que é o que me interessa mais. A igreja não me interessa nada. A igreja, com Constantino, tornou-se uma religião de Estado, o que é um crime. Uma religião de Estado é uma coisa aberrante. Tive muito interesse por algumas personalidades religiosas, como o padre Joaquim Alves Ribeiro, que morreu no exílio e que não conheci, mas com o qual me escrevi até ele morrer. A Igreja fez-lhe o chamado exílio post mortem, que só se usava na Rússia. Não o trouxe sequer para Portugal. Foi exilado no tempo do Salazar e ficou na América. O Estado do Vaticano é uma coisa impossível. Não tenho uma grande admiração pelo papa João Paulo II, que toda a gente admirou muito. Teve algumas posições que acho bastante retrógradas e, além do mais, foi um embaixador, que abriu embaixadas. Quando foi a Dili não beijou o chão de Timor, por causa das relações diplomáticas com a Indonésia. A religião só devia ter que ver com os aspectos espirituais. Se lermos o Alcorão, estão lá uma série de regras, sobre como é que se faz isto, como é que se faz aquilo. São regras das coisas civis. Faz-me lembrar as pessoas que não querem mudar, porque não querem perder direitos adquiridos. Mas a história é uma perda de



ANA ALVIM

direitos adquiridos. Os reis antes podiam matar. Um senhor podia ter escravos e hoje não pode. A vida evolui. Por isso acho que as religiões deviam estar separadas dos aspectos sociais e remetidas à componente espiritual.

Sou uma escritora marginal e bastante marginalizada, porque fiz sempre aquilo que quis, e só aquilo que quis. Tinha uma independência. Já sabia que morreria de fome se vivesse só dos livros. Era professora, algo que me dá muito gosto. É uma forma privilegiada de relação humana. Ainda hoje gosto muito de estar com os alunos. Tive crianças que passaram por dificuldades extraordinárias, mas a determinada altura vi que era capaz de escrever para elas. Ajudaram-me a escrever. Incluí no meu vocabulário algumas palavras criadas pelos alunos. A nossa língua é espantosa. Acho que temos uma língua privilegiada. É uma língua que tem dois tempos. Um para o tempo que se gasta, que é o estar, e um tempo para a eternidade, que é o ser. É das poucas línguas no mundo que tem isso. Depois temos uma coisa espantosa, miraculosa, que é poder conjugar pessoalmente o verbo no infinitivo. O infinitivo é o verbo fora do espaço e do tempo. Penso que é a única língua do mundo que consegue meter o tu dentro do eu. Quando digo “eu amar-te-ei”, mete o “tu” e depois é que fecha o verbo. Temos essa possibilidade espantosa. A nossa língua é mitológica.

Hoje, para qualquer pessoa, é muito difícil escrever. Há bastantes censuras. Antes, havia uma e tinha nome. Cortavam-nos um artigo no *Comércio do Porto*, mas tínhamos a *Vértice* ou a *Seara Nova*. Havia maneiras de furar um pouco. Não estou, de maneira nenhuma, a defender a outra censura. O problema é que hoje há censuras económicas, censuras políticas, censuras partidárias, “lobbys” de

interesses. Pertenci ao Conselho de Imprensa. Fiz dois mandatos. Deixei lá escrito que tinha lutado muito contra a censura de Oliveira Salazar, mas era uma. Logo a seguir ao 25 de Abril houve também muitas censuras nos jornais. Nesse aspecto, estou de acordo com Voltaire. Entre a censura de muitos e a censura de um, prefiro a censura de um. Apesar de tudo é mais fácil de furar.

Não me vejo reformada. Fui dar uma aula à Faculdade de Psicologia, em Lisboa, e disseram-me para voltar no próximo ano. Eu respondi que, se estiver viva, lá estarei. Depois alguém me disse que eles sabiam o que é que iam lá buscar, mas e eu? O que é que ia lá buscar? Respondi que também sabia o que é que ia lá buscar. Vou buscar bafo humano, que é a única forma de sobrevivermos.

Tive dias terríveis na minha vida. Enterrei uma filha no dia de Natal. Não resistiu ao cancro a que eu resisti. As coisas mais gratificantes que tive na vida vieram dos afectos. Por exemplo, cartas que tive dos alunos. A afectividade toca-me bastante. A primeira aula que dei a seguir a ter estado internada foi um dos momentos mais emocionantes da minha vida.

A vida ensinou-me que não podemos viver sozinhos. Ensinou-me que não podemos viver sem o bafo humano e que devemos fazer tudo para lutar por isso.

MÚSICA & REVOLUÇÃO NA CASA DA MÚSICA

Este ano dedicado à Alemanha, o ciclo Música & Revolução (24 a 30 de abril) é uma oportunidade para recordar ou descobrir obras-primas da História da Música que o Terceiro Reich proibiu por considerar decadentes ou degeneradas e ofensivas ou prejudiciais para o regime nazi.

O Remix Ensemble e a Orquestra Sinfónica da Casa da Música partilham dois inquietantes concertos de compositores que tiveram de abandonar a Alemanha e a Áustria: Eisler, Weill, Schoenberg, Hindemith, Krenek, Korngold, Zemlinsky, Stein, Schreker (24 e 26). Aclamada internacionalmente pelas suas interpretações, Ute Lemper (na foto) convida à descoberta das canções de Kurt Weill/Bertolt Brecht, num espetáculo que evoca o ambiente na Europa no período entre a República de Weimar e a II Guerra Mundial (30).

Mas como refere a produção, “a música de judeus, africanos e afro-americanos, ciganos e outras etnias consideradas inferiores, e também o jazz ou a música moderna”, eram banidas. Nessa perspetiva, o ciclo compreende um concerto de Anthony Braxton (25) – “a utilização de técnicas vanguardistas tornou-o como que um autor proscrito nos circuitos do jazz” – e a apresentação de *Romani* (29), um projeto do Serviço Educativo da CM centrado na música cigana.



AS MULHERES E A GUERRA COLONIAL

Rezaram e fizeram promessas por eles. Escreveram-lhes aerogramas, adiando o amor (às vezes sem volta). Tornaram-se madrinhas de guerra de homens que nem sequer conheciam. Foram com eles para a África desconhecida ou resignaram-se a esperar por eles com filhos nos braços. Voaram para os resgatar do mato e organizaram-se para lhes aliviar a saudade. Arriscaram por eles, protegendo-lhes a retaguarda, contestando a guerra, mergulhando na clandestinidade, aderindo à luta armada, perdendo a juventude nas masmorras. Trataram deles, quando voltaram mutilados e traumatizados, e habituaram-se a amar homens diferentes daqueles com que tinham casado. Mães, irmãs, filhas, amantes, companheiras, amigas... Muitas mulheres viveram a guerra colonial como se tivessem sido mobilizadas. Depois da guerra, também para elas, nada foi como dantes...

Refere a autora, a jornalista Sofia Branco: “A mulher da capa é minha tia. A fotografia foi tirada pelo meu pai enquanto ela escrevia ao namorado. A história acaba bem: ele regressa e ainda hoje são casados.

«As Mulheres e a Guerra Colonial», Sofia Branco
Esfera dos Livros (fev., 2015)



Aldina Duarte, Ana Bacalhau, Cuca Roseta, Gisela João, Manuela Azevedo, Marta Hugon, Rita Redshoes e Selma Uamusse juntaram-se ao jornalista Rodrigo Guedes de Carvalho (letra e música) e a Filipe Melo (arranjos e produção) para dar à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) um hino/campanha de sensibilização para o drama da violência doméstica. “Esta canção surge num ano especial para a APAV, uma vez que celebramos 25 anos de atividade, a apoiar todos aqueles que são vítimas de crimes, de todos os crimes. Têm sido 25 anos a dar voz ao silêncio. E também com esta canção queremos dar voz ao silêncio.”

www.youtube.com/embed/laVqVYU9vR8

OITO VOZES
PELAS VÍTIMAS
DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA

>>>

CANSADA

Estou cansada – ainda agora chorei tanto
Outra noite – o terror andou à solta
Vai e volta e promete que não volta
Vai e volta e promete que não volta

Estou cansada – chorei tanto outra vez
Outra vez a pensar que hoje talvez
Haja paz – que o terror só vai não volta
Que a tua mão não se fecha contra mim

Estou cansada – não há fim nesta demência
Ou ciência que preveja que me mates
E quem bate depois chora e promete
Que não mais a mão se levanta fechada

Estou cansada – acho que não quero nada
Que não seja uma noite descansada
Sem ter medo ou chorar na almofada
Sem pensar no amor como uma espada

Tão cansada de remar contra a maré
O amor não é andar a pé na noite escura
Sempre segura que a tortura me espera
Insegura tão desfeita humilhada

Tão cansada de não dar luta à matança
À dança negra que me dizes que é amor
Que não concebes a tua vida sem mim
E que isto assim é normal numa paixão

E eu cansada nem sequer digo que não
Já não consigo que uma palavra te trave
Não tenho nada que não seja só pavor
Talvez o amor me espere noutra estrada

Mas tão cansada não consigo procurá-la
Já tão sem força de tentar não ser escrava
Já sei que hoje fico suspensa outra vez
Outra vez a pensar que hoje talvez...





nesta edição

- a abrir
02. **Não PACtuamos!**
- editorial
03. **Ousar agir, ousar mudar**
- ação sindical
05. **Professores contestam “Cambridge”**
06. **Concursos, ainda e sempre sob o signo da dúvida, da opacidade e da ilegalidade**
08. **Requalificação e CES/PET: duas faces da mesma atitude**
09. **Ensino Artístico privado em luta**
- do superior
10. **O Conselho Geral e a governação NO Ensino Superior**
- em foco
12. **Municipalização: a quem interessa esta “descentralização”?**
14. **Fenprof promoveu encontro sobre municipalização**
- painel
15. **Ronda pelo sul da Europa: é mais o que nos une do que aquilo que nos separa**
- nacional
19. **Fenprof quer envolver os partidos na reconstrução do sistema educativo**
20. **SPN e PÁGINA sentaram Luiz Dourado n’A Cadeira de Van Gogh**
- internacional
21. **FSM reúne na capital da Tunísia**
22. **Themis Kotsifakis: Precisamos de mais democracia nas escolas**
- contencioso
24. **Concursos: mais confusão à vista**
- vemos, ouvimos e lemos
26. **Alunos de Mirandela sentem-se discriminados**
27. **Maria Luísa subiu às árvores até aos 50 anos**
- apostas
30. **Música & Revolução na Casa da Música**
As mulheres e a guerra colonial
Oito vozes pelas vítimas de violência doméstica
- a fechar
31. **Cansada**